

II SEMINÁRIO ESTADUAL PIBID DO PARANÁ

Anais do Evento



Foz do Iguaçu | 23 e 24 | Outubro 2014

ISSN: 2316-8285

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS CAMPONESES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Edina Vorpagel Biff¹
Jeane Aparecida Soares da Silva²
Leidiane da Silva de Ramos³
Clarice Felisbino dos Anjos⁴

“A frente da batalha de educação é tão importante quanto a da ocupação de um latifúndio. A nossa luta é para derrubar três cercas: a da educação, a da ignorância e a do capital”
(STÉDILE; FERNANDES, 1999, p.74).

Resumo: Reflete sobre a singularidade da Educação de Jovens e Adultos-EJA no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, no contexto da Educação do Campo, a partir de uma experiência desenvolvida com apoio do PIBID-Diversidade. Contextualiza a EJA no MST e trata das concepções e propostas pedagógicas ao passo que apresenta a experiência concreta da Turma Nelson Mandela, de EJA II (anos finais do ensino fundamental) da Escola Milton Santos. Destaca a alternância, os tempos educativos, a auto-gestão, o trabalho, o acompanhamento pedagógico, a avaliação e a identidade camponesa e Sem Terra como elementos que caracterizam a singularidade. A pesquisa utilizou fontes documentais e reflexões de experiências pessoais das autoras.

Palavras-Chave: EJA. Educação do Campo. MST.

O presente texto se propõe a refletir sobre a singularidade da Educação de Jovens e Adultos-EJA no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, no contexto da Educação do Campo, a partir de uma experiência desenvolvida com apoio do PIBID-Diversidade. Para tanto, iniciamos contextualizando a EJA no MST, posteriormente, tratamos das concepções e propostas pedagógicas ao passo que apresentarmos a experiência concreta da Turma Nelson Mandela. A pesquisa utilizou fontes documentais e reflexões de experiências pessoais das autoras.

A história da Educação de Jovens e Adultos no MST se dá no contexto de luta pela Reforma Agrária e na derrubada das cercas do latifúndio. Desde 1984, quando inicia sua trajetória na luta pela terra, o MST assume o desafio de romper com a exclusão histórica do analfabetismo, que nega aos homens e mulheres do campo o conhecimento científico sistematizado pela humanidade. A EJA, entendida como uma ferramenta de luta do povo camponês na luta por Reforma Agrária passou por processo de construção coletiva e de busca

1784

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia para Educadores do Campo- Universidade Estadual de Maringá- UEM e participante do PIBID-Diversidade. Email: edina_biff@hotmail.com

² Acadêmica do Curso de Pedagogia para Educadores do Campo- Universidade Estadual de Maringá- UEM e participante do PIBID-Diversidade. Email: geanii2012@hotmail.com

³ Acadêmica do Curso de Pedagogia para Educadores do Campo- Universidade Estadual de Maringá- UEM e participante do PIBID-Diversidade. Email: leidiane_ramos@hotmail.com

⁴ Supervisora do Programa de Iniciação a Docência na Universidade Estadual de Maringá- UEM e graduada em Licenciatura de Educação do Campo – UnB: Email: claricefdosajos@gmail.com

de projetos educativos que contribuam na efetivação da Política Pública de Educação, para atender as demandas da Educação para os jovens e adultos do campo.

O ideário da Educação do Campo afirma a necessidade de duas lutas combinadas: primeiro pela efetivação do direito e pela ampliação do acesso à educação e à escolarização no campo e, segundo pela construção de uma escola que esteja **no** campo, mas que também seja **do** campo: uma escola ligada à história, à cultura e às causas sociais e humanas de quem vive no campo. Sendo assim, no entender do MST, a Educação do Campo tem como sujeito o ser histórico e social, e é fruto de uma luta social pelo acesso dos trabalhadores do campo a uma educação pensada por eles, e não a qualquer Educação, uma educação vinculada a um projeto histórico de lutas e à construção social e humana em longo prazo. No ano de 2000 o MST assumiu em seu IV Congresso Nacional o lema “Território Livre do Analfabetismo”, continuando a organizar projetos temporários da EJA e a inclusão desta modalidade nos Projetos Políticos Pedagógicos das Escolas do Campo.

Várias experiências de EJA (alfabetização e escolarização) já foram executadas nas áreas de Reforma Agrária, embora ainda não se tenha de fato um território livre de analfabetismo. Além dessas experiências concretas, têm-se também referenciais teórico-metodológicos em produções coletivas do Setor de Educação do MST que discutem a questão desde 1989, destacando-se o “Dossiê MST e Escola” (MST, 2001) e a coletânea de cadernos da Educação de Jovens e Adultos que vai até o 11^o. volume.

No Estado do Paraná, a experiência mais recente é fruto de um convênio entre a Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE e o Instituto de Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, utilizando recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA, iniciado em 2013. Dentre as dezenas de turmas existentes, destacamos a experiência da Turma Nelson Mandela, EJA fase II (anos finais do ensino fundamental), que acontece na Escola Milton Santos-EMS, em Maringá.

Para essa turma, o curso está organizado por alternância de Tempo Escola-TE e Tempo Comunidade-TC, que combinados compõem as etapas. São 14 etapas distribuídas em 2 anos de curso, e cada etapa de TE tem em média 10 dias de aula. A alternância é uma organização curricular dos cursos que acontecem no MST, proporcionando trocas de conhecimento, continuidade do processo de humanização, da identidade Sem Terra e da coletividade na escola e nas comunidades. Tendo em vista que o TE acontece na EMS com aulas concentradas e a presença dos professores; e o TC é quando os educandos retornam às comunidades (assentamentos e acampamentos), e, orientados pelos professores, realizam

atividades que fazem parte da carga horária do curso, como leituras trabalhos orientados, pesquisas, etc. Essas atividades contemplam o aprofundamento do estudo e a relação entre os conteúdos e a vida social, política e produtiva das famílias, com base na proposta pedagógica da Educação do Campo.

Mas, além disso, no TC os educandos continuam o processo da organização e vivência no campo, pois são na maioria trabalhadores-dirigentes comunitários de assentamentos de diversas regiões do Paraná. E precisa continuar na inserção da comunidade e na organização familiar, conciliar a vida pessoal e produtiva/econômica. Esta forma de organização é também necessária para que, no processo de formação de Jovens e Adultos, não se perca o vínculo entre a origem do educando e seu processo de aprendizado.

O TE é organizado em tempos educativos, que contemplam o estudo das disciplinas (com carga horária de dez horas por dia), o estudo em grupos (os Núcleos de Base-NBs) e um processo de auto-organização e auto-gestão, previsto na proposta pedagógica do curso (UNIOESTE, 2013).

A auto-gestão envolve diversos processos de avaliação e tomada de decisões, construindo na turma compromisso e responsabilidade com o curso. Possibilita, por exemplo, que os educandos coletivamente decidam os dias em que se realizarão as etapas de TE, de modo a escolher períodos em que não estejam com muitas tarefas na comunidade para que possam vir para a escola Milton Santos. Vale ressaltar que essa organização respeita a carga horária prevista no projeto do curso. Ainda nesse processo, ao final de cada etapa é feita uma avaliação geral, onde cada sujeito coloca seu posicionamento (o ponto de vista e avaliação) de como foi a etapa e o que precisa melhorar para as próximas que virão. Do mesmo modo fazem apontamentos de educandos que precisam avançar em determinado aspecto da vivência coletiva ou na aquisição do conhecimento.

O tempo mutirão é umas das atividades em que eles participam coletivamente, realizando a limpeza da Escola onde estudam. Também cumprem, divididos nos Nbs, as atividades de sobrevivência (a limpeza dos espaços utilizados, como o refeitório e os banheiros), sendo o trabalho entendido como uma das dimensões da formação humana (ITERRA, 2004).

Para dar conta das demandas pedagógicas do curso há um grupo de educadores permanentes indicados pelas comunidades da Reforma Agrária que compõem o Coletivo de Acompanhamento Político e Pedagógico, que cumprem com as funções pedagógicas de construção da etapa, junto aos educadores das disciplinas e à turma, assessoram os educadores

nas disciplinas, providenciam materiais pedagógicos e orientam a turma na auto-organização e auto-gestão. Na composição deste grupo há um coordenador pedagógico que é responsável por fazer a relação com a Universidade e os parceiros.

Na educação do campo de modo geral, procura-se sempre relacionar o estudo com a realidade dos educandos. No caso específico da turma de EJA Nelson Mandela, a maioria dos professores que ministram as aulas são professores da zona urbana que não possuem vínculo com a realidade do campo, o que dificulta a relação do ensino com a realidade dos educandos. Mesmo assim, é possível perceber que há uma relação dos conteúdos estudados com o cotidiano, por exemplo, na disciplina de história, onde foi trabalhada a história da humanidade, mas também o contexto da luta do MST e a necessidade da educação para a classe trabalhadora camponesa.

Os camponeses trazem consigo a identidade com a terra, a identidade do sujeito Sem Terra, de quem faz parte de um Movimento Social Popular, a identidade camponesa de quem luta pela terra e por uma causa. Esta causa se expressa muito em momentos coletivos, mas especialmente na mística, onde se faz uma reflexão e são trazidos elementos referentes à realidade da luta pela terra, pela educação, pelos direitos, enfim, por uma transformação da sociedade. Podemos dizer que

A mística é a alma da identidade Sem Terra [...]. A mística é mais do que um tempo, é uma energia que perpassa o cotidiano. Por isso precisamos dela presente no início de grandes atividades e resgatada em vários momentos do dia. Ela é a forma de já ir concretizando, no aqui e agora, a nossa utopia (ITERRA, 2004, p.79-80).

Considerações finais

Em turmas de Escolarização de Jovens e Adultos é comum nos depararmos com um conhecimento popular muito rico, educandos com experiências de vida, de militância, enfim, pode-se dizer que são pessoas letradas embora não completamente alfabetizadas. Fazem a interpretação da realidade, de um texto, fazem uma crítica buscando os elementos necessários na vida, no entanto, encontram dificuldades em sistematizar e organizar essas ideias. Essa dificuldade existe devido ao conhecimento que foi historicamente negado à classe trabalhadora, principalmente do campo, que é vista como atrasada e não necessitando de estudo para trabalhar com a terra.

A oportunidade de estudar é a possibilidade de acesso ao conhecimento científico, necessário independentemente do sujeito ser do campo ou cidade. Para os sujeitos camponeses da EJA, o acesso ao conhecimento depois de adulto é visto não como

qualificação para o mercado de trabalho, mas sim, como uma necessidade para melhorar a vida e contribuir com a comunidade, além de ser considerado como uma ferramenta de luta. Podemos dizer que a EJA do campo tem a sua especificidade, especialmente quando realizada no âmbito de um movimento social popular que apresenta um método pedagógico consolidado, como apontamos nesse texto.

Referências

ITERRA. Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária. **Instituto de Educação Josué de Castro: Método Pedagógico**. Cadernos do ITERRA, n. 9, Veranópolis, 2004.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Dossiê MST – Escola**. Caderno de Educação n. 13. São Paulo, 2001.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

UNIOESTE. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Núcleo de Estudos Interdisciplinares – NEI. Campus de Cascavel. **Projeto de Escolarização Anos Finais nas Áreas de Reforma Agrária**. Cascavel, nov. 2012.